

# “Ajustamento da economia só com cortes nos salários”

Francisco Ferreira da Silva  
e Paulo Zacarias Gomes

seconomista@monocapital.com

Pedro Ferraz da Costa está preocupado com a perda de competitividade externa da economia portuguesa e diz que só com cortes nos salários se poderia fazer o ajustamento. Como, para o presidente do Fórum para a Competitividade, isso não é concebível, “um dos cenários mais prováveis para Portugal é continuar a empobrecer de forma lenta mas progressiva”. Quanto à atracção de investimento estrangeiro, diz que o País não tem um mercado interno a crescer, nem um ambiente “amigo dos negócios”.

Os últimos números da economia portuguesa surpreenderam pela positiva. Acha que Portugal tem condições para vencer a crise ou a factura vai ser paga mais à frente?

Portugal tem tradição de entrar nas crises mais tarde que os outros países mas também de sair mais tarde. Aconteceu nos dois choques petrolíferos anteriores e poderá acontecer também neste. Além disso entrámos nesta década com uma desvantagem comparativamente aos outros países devido à entrada na Zona Euro com uma taxa de câmbio dificilmente sustentável pelo nosso sector exportador. O valor de 200 escudos foi bom para fazer contas, mas não reflectia a competitividade externa da nossa economia.

Ninguém se apercebeu disso?

Houve uma incapacidade da classe política e também da classe empresarial em perceber que a partir do momento em que estivessemos no euro o crescimento dependia essencialmente da capacidade externa da economia. Tínhamos acabado um período de crescimento baseado na construção civil e obras públicas, o que não melhora a competitividade externa duma economia, e a entrada no euro deu-nos acesso a uma redução brutal da taxa de

juízo, que significou uma folga adicional para a política orçamental e uma sensação de riqueza para os portugueses com acesso fácil ao crédito. Isto teve como resultado um aumento do consumo e uma diminuição marcada da taxa de poupança. Nessa altura, em termos estáticos, tínhamos um défice de competitividade externa entre 10% e 15%. O facto de termos feito crescer os salários para além do aumento da produtividade agravou o problema e hoje em dia esse défice, de acordo com as estimativas do FMI, andará entre os 15% e os 20%.

Então o equilíbrio externo da nossa economia só se conseguirá com a diminuição de salários?

No primeiro ano do segundo acordo com o FMI as negociações salariais basearam-se em previsões de inflação de 15%, que acabou por se situar no 27%. Se isso tivesse acontecido agora teria coberto o défice. Mas nós não temos flexibilidade suficiente no mercado de trabalho para que o acerto de se dê num contexto de inflação baixa. Isso só seria possível hoje com diminuição dos salários nominais, o que é relativamente inconcebível, mas está a acontecer em dois grupos: os que perdem o emprego e quando regressam auferem salários mais baixos e os jovens que estão a entrar no mercado com salários bastante mais baixos do que há três ou quatro anos.

Quanto seria necessário cortar nos salários?

Olivier Blanchard, do MIT, num estudo apresentado há algum tempo sobre as dificuldades de ajustamento da economia portuguesa no contexto do euro apontava para a necessidade de um quebra de salários reais da ordem dos 30% para manter a competitividade da maior parte dos sectores tradicionais, portanto tudo o que façamos com quebras menores significa que estamos a perder, irremediavelmente, postos de trabalho nesses sectores de

pessoas que pela idade e pelo nível de qualificação dificilmente voltam ao mercado de trabalho e constituem uma pressão enorme sobre a política orçamental ao nível dos subsídios de desemprego. Outra razão prende-se com a limitação que o desequilíbrio externo introduz e que faz com que seja muito difícil crescer em contracção. Então, como é que conseguimos suportar exportações viáveis sem descapitalizar os exportadores por esmagamento das margens, numa altura em que os países-destino das nossas exportações estão em recessão ou com períodos de crescimento baixos?

Mais tarde ou mais cedo vamos sofrer esse impacto?

Sem dúvida. Mas, numa óptica económica fria, penso que teríamos vantagens em sofrer o impacto de forma marcada para sairmos dele com condições estruturais diferentes. Só que, politicamente, isso é mais difícil de sustentar e, portanto, penso que, infelizmente, um dos cenários

**“Temos um défice de competitividade externa entre 15% e 20%. Quando entrámos no euro situava-se entre os 10% e os 15%”**

mais prováveis para Portugal é continuar a empobrecer de uma forma lenta mas progressiva, quase com o efeito de uma anestesia sobre as pessoas.

Ficou decepcionado com a revisão do Código Laboral?

Fiquei muito surpreendido com uma afirmação do presidente da CIP quando disse que se o Código do Trabalho fosse discutido hoje conteria, com certeza, medidas para o despedimento ou subentende-se que não seria assinado. O certo é que acabou por ser assinado um documento que prevê

alterações nalguns casos muito complicativas e noutros ao lado dos problemas. Nós temos em Portugal regras fiscais, de burocracia, de licenciamento, de legislação de trabalho, muito pouco ajustadas às necessidades das PME. A política convive muito mais com as grandes empresas e com as empresas cotadas em bolsa e é normalmente à procura de soluções para os problemas desses que se vai, quando se sabe perfeitamente que muitas das grandes empresas mantêm a rentabilidade à custa de um nível interno de preços muito elevado, como acontece com a energia ou as telecomunicações. As condições são menos boas para as PME, que são aquelas onde podemos esperar a criação de postos de trabalho diferentes.

Que medidas eram para si essenciais na revisão do Código do Trabalho?

Tudo o que seja o reforço da contratação colectiva introduz factores de rigidez e uma grande dificuldade em fazer adaptações. Porque as alterações que quem trabalha numa empresa e está preocupado com o seu posto de trabalho percebe que devem ser feitas, se forem discutidas a nível sindical, raramente passam.

É isso que está a travar o investimento estrangeiro em Portugal?

É. Mas há outras razões. Se passarmos os olhos pela imprensa económica internacional concluímos que a atracção de investimento estrangeiro para determinadas zonas apela a três aspectos: primeiro, um mercado interno a crescer, que não temos; situação estratégica privilegiada, quando a nossa é periférica em relação ao centro da UE; e um ambiente “amigo dos negócios”, que não temos. A primeira coisa que um funcionário diz em relação a uma opinião, um parecer ou uma autorização que tenha que dar é que falta mais qualquer coisa. Falta um impresso, uma certidão, um certificado, uma autorização, e há sempre muitas dificuldades. ■



## Fórum para a Competitividade vai analisar políticas públicas

**Associativismo empresarial não tem uma voz única. Isso preocupa-o?**

Acho que temos uma representação insuficiente do peso do sector exportador e uma aliança entre o sector financeiro, as *utilities* - EDP e Galp, etc., que são privadas mas continuam a ter interesses do Estado, são grandes contribuintes e grandes empregadores de quadros partidários - e as grandes empresas de construção civil, que têm colaborado num conjunto de políticas que não são as mais adequadas. Sempre me fez muita impressão que não fosse possível dar mais força ao sector exportador no quadro do associativismo empresarial.

**Mas devia haver uma voz única?**

Sempre achei pouco importante que houvesse uma voz única, as associações e confederações tinham de representar os seus associados de uma forma mais enérgica e consistente. As associações de base sectorial é que podem resolver a maior parte dos problemas da burocracia.

**Preside ao Fórum para a Competitividade. O que se pode esperar desse organismo?**

Estamos a analisar uma série de políticas públicas, começando pelo sector da Saúde. Depois, estamos a ponderar uma conferência sobre o sistema fiscal ao serviço do desenvolvimento, em comparação com a competitividade de Espanha. Outra linha de trabalho é a Justiça, que se vai degradar com a situação económica, piorando os prazos de cobrança das dívidas às PME. Há ainda a análise ao problema do arrendamento urbano - não teríamos famílias tão endividadas se as pessoas não fossem empurradas para a compra de habitação. Além disso, vamos analisar o papel da Autoridade da Concorrência - que, nas fusões e aquisições, continua a considerar o mercado português como referência, o que é desajustado da realidade do mercado interno europeu e tem prazos de decisão excessivos. Vamos ainda analisar o Orçamento do Estado para 2009, ao nível da fiscalidade e das receitas. Temos uma bomba-relógio na política orçamental, porque é muito difícil que ela seja sustentável. Se passarmos por um período longo de recuperação de recessão e formos os últimos a sair dela, teremos dez ou 12 anos de crescimento fraco. Oito já lá vão...

**Faltam compromissos de regime?**

Os compromissos de regime são mais do mesmo. Os nossos partidos são cada vez mais uma federação de autarcas e temos ciclos

políticos muito curtos.

**Deviam ser maiores?**

Sim, devíamos ter um sistema presidencialista ou uma sobreposição de prazos eleitorais. A França sustentou sete anos até determinado período. Portugal não foi para o regime presidencialista porque o nosso sistema era uma vacina antiditadura. Só que deixou-se instalar o descrédito na classe política que hoje torna muito difícil uma mudança.

**Alberto João Jardim falou recentemente na criação de um novo partido. O que pensa dessa proposta?**

O facto de o PSD ser um "saco de gatos" ideológico é uma dificuldade adicional. A Espanha viveu uma situação em que as maiorias eram muitas vezes criadas pelos partidos autonómicos. Há quatro anos, podia-se dizer que isso não era mau. Neste momento já não se pode dizer a mesma coisa, o emagrecimento que o Estado fez

**"Os nossos partidos são verdadeiras federações de autarcas e os ciclos políticos muito curtos. Devíamos ter um regime presidencialista"**

a nível central foi mais do que compensado com o aumento dos efectivos a nível autonómico. Se um partido novo servir essencialmente para isso, não me parece que precisemos dele.

**Quando vamos começar a ver resultados do Fórum?**

A partir de Outubro. Em primeiro lugar com a análise ao Orçamento do Estado para 2009.

**A direita está sub-representada no espectro político português?**

Tendo em conta as posições do CDS em relação a alguns assuntos importantes, acho que nem está representada. Em matérias como políticas sociais e legislação de trabalho, não sei se a direita que se preocupa se sente bem representada. Mas independentemente de direita ou esquerda, os jovens, que são o futuro, estão sub-representados. As políticas de desenvolvimento económico dirigem-se para a melhoria do poder de compra dos mais velhos, que têm uma capacidade eleitoral muito grande. O que se dá aos jovens é um sistema de educação caro e permissivo, além de que são eles que carregam o maior peso do ajustamento salarial. ▶